



ENTREVISTA

A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM PORTUGAL: uma entrevista com Maria Isabel Gomes

SOCIOLOGY IN SECONDARY EDUCATION IN PORTUGAL: an interview with Maria Isabel Gomes

Gustavo Cravo de Azevedo¹
Amurabi Oliveira²

Resumo: Entrevista com a professora Maria Isabel Gomes, estudante de doutoramento em Ciências da Educação na Universidade de Évora. Maria Isabel exerce a docência há 32 anos, é professora de Sociologia na educação secundária na Vila de Grândola, região do Alentejo, em Portugal. Já lecionou, aproximadamente, 52 disciplinas em sua trajetória profissional. A entrevista tem como objetivo explorar a situação da Sociologia no currículo português, bem como os desafios da formação de professores, a recente reforma administrativa do país e também mudanças que ocorreram na educação secundária portuguesa sob o olhar de uma socióloga.

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia. Educação Secundária. Formação de Professores. Portugal.

¹Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: gustavo_cravo@hotmail.com

²Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio pós-doutoral em Didática das Ciências Sociais pela Universidade Autônoma de Barcelona, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq. E-mail: amurabi1986@gmail.com

APRESENTAÇÃO

Apesar da expansão significativa das pesquisas sobre o ensino de Sociologia no Brasil, com a consolidação de uma comunidade de pesquisadores localizados nas diferentes regiões, ainda há lacunas relevantes a serem preenchidas no que diz respeito à análise internacional do ensino desta ciência, assim como ao desenvolvimento de estudos comparados, algo ainda incipiente na literatura disponível em português (Oliveira, 2014, 2020). No caso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em que pese a circulação de pesquisadores, principalmente através do financiamento público de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES)³ - hoje bastante ameaçadas - ainda conhecemos muito pouco sobre a realidade do ensino de Sociologia nestes distintos países.

Analisando a realidade de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, Mmende e Röwer (2019) indicam que ora a Sociologia surge como disciplina optativa, ora como disciplina presente exclusivamente na área de Humanas nestes países, demonstrando assim um cenário substancialmente distinto daquele que encontramos no Brasil, ao menos desde 2008.

No caso português o cenário é ainda mais idiossincrático, uma vez que as primeiras experiências de ensino de Sociologia em Portugal surgem ainda no começo do século XX na Universidade de Coimbra, porém, apenas a partir da década de 1970, com o processo de redemocratização da sociedade portuguesa⁴ é que ocorreu um processo de consolidação da Sociologia como ciência, tanto no que se refere ao ensino superior, quanto com relação à educação secundária (Neuhold, 2013).

³Destaca-se nesta seara o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) criado em 1981, que possibilitou que inúmeros estudantes de países da CPLP realizassem seus estudos pós-graduados no Brasil, assim como os programas da CAPES de “doutorado sanduíche”, pós-doutorado e professor visitante no exterior, que tornaram possível a realização de pesquisas de estudantes e professores brasileiros em universidades estrangeiras, sendo Portugal um dos principais destinos.

⁴A ditadura do Estado Novo - também conhecida como Salazarismo - perdurou entre 1933 e 1974 em Portugal, tendo sido finalizada com a chamada Revolução dos Cravos.

Buscando analisar de forma comparativa o ensino de Sociologia em Portugal, na França e no Brasil, Martins e Fraga (2021) apontam que no caso português, apesar de ser indicada uma ampla gama de disciplinas optativas, na prática essa oferta é mais restrita, dificultando assim o acesso dos estudantes ao ensino de Sociologia.

Considerando tais aspectos, assim como a necessidade de conhecermos mais profundamente a experiência do ensino de Sociologia em outros países, especialmente na CPLP, apresentamos aqui uma entrevista realizada com a professora Maria Isabel Gomes, que atua na educação secundária portuguesa.

O contato inicial com a professora Maria Isabel Gomes foi realizado durante o XI Congresso Português de Sociologia, promovido pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Durante esse evento, o pesquisador Gustavo Cravo contatou a professora que acompanhava um debate neste evento e, posteriormente, a entrevista foi realizada por meio da plataforma Zoom.

Como poderá ser melhor observado na entrevista, o sistema de ensino português é diferente do Brasil não apenas na organização curricular, como também na formação de professores. Questões como o trabalho docente e a especialização por áreas de conhecimento se colocam em outro nível, em alguns pontos aparentemente de forma mais precarizada do que ocorre no Brasil, demandando que os professores assumam uma ampla gama de disciplinas escolares.

Considerando o atual contexto de implementação da chamada Reforma do Ensino Médio - supostamente inspirada em modelos existentes em outros países, como Portugal - conhecer a experiência do ensino de Sociologia em Portugal se faz mais que necessário, na medida em que nos ajuda a compreender melhor os desafios existentes no ensino desta ciência, na educação secundária organizada por áreas.

GUSTAVO CRAVO: Estamos passando por um momento de mudanças no ensino médio aqui no Brasil e estamos tentando entender isso, para onde vai, quais são os exemplos, então esperamos que essa experiência de Portugal seja uma entrevista muito bem recebida aqui, professora. Gostaríamos que você falasse um pouco, por gentileza, da sua trajetória e como você chegou a ser professora de Sociologia na secundária.

MARIA ISABEL: Minha trajetória começou há 32 anos atrás, há muito tempo. Minha licenciatura⁵ é em Sociologia e que por motivos pessoais mesmo, teve a ver com o casamento, decidi vir pra Grândola⁶ e ser professora. Me formei em 1987 em Lisboa, na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH). E comecei como professora contratada da disciplina de Geografia, em 1988. Foi minha primeira disciplina. Depois, fui para uma escola profissional e nessa escola profissional, dava uma disciplina que era Área de Integração, que tinha já a ver com a Sociologia, na medida em que era muito integradora dos diversos saberes das Ciências Sociais⁷. Depois fui continuando, entretanto, fiz a profissionalização mesmo, enquanto professora e concluí ao ensino regular, portanto ao ensino das escolas secundárias. Porque a escola profissional era uma escola na altura privada. Então, quando concluí, regresssei ao ensino regular e fiquei colocada, como contratada (não efetiva) em Grândola, no primeiro ano, que é onde vivo.

Pertenço a um grupo, que é o grupo de Economia e Contabilidade e onde está a Sociologia, a disciplina de Sociologia integrada⁸. Nem sempre dei Sociologia. Já estive em escolas onde a Sociologia era lecionada por professores de Filosofia. Portanto, pessoas que vinham da área da Filosofia e eu estava a dar

⁵Em Portugal, chama-se licenciatura o curso de bacharelado em nível superior.

⁶Grândola é uma vila portuguesa no distrito de Setúbal, região do Alentejo. No mapa português, fica ao sul da capital, Lisboa.

⁷É importante mencionar que Ciências Sociais assume aqui uma conotação mais ampla que aquela que recorrentemente utilizamos no Brasil, incluindo-se disciplinas como Economia, História, Geografia etc.

⁸A Sociologia é lecionada no ensino secundário português, no último ano (12º), apenas em alguns percursos formativos.

Contabilidade, que é uma coisa que eu não faço ideia o que é. Nem tinha que saber, visto que minha licenciatura é em Sociologia. Foi assim que cheguei como já professora do quadro de escola, aqui em Grândola, depois de ter passeado por Portugal inteiro, consegui chegar à escola secundária de Grândola, que é minha residência. Então, estou com essa disciplina de Sociologia há pelo menos uns 6 anos. Portanto, todos os anos tenho tido a mesma disciplina. Para além disso, também tenho a educação de adultos, onde há uma área que é Cultura, Língua e Comunicação, em que as pessoas de Sociologia não têm habilitação para dar essa área, portanto só podem dar Cidadania e Profissionalidade e Sociedade, Tecnologia e Ciência. Parece estranho não poder trabalhar com a cultura, língua e comunicação. Não faz sentido uma pessoa licenciada em Sociologia não poder trabalhar essa área de Cultura, Língua e Comunicação, digo eu. Por fim, a educação de adultos também está em nível secundário. Portanto, há 3 modalidades. E já é nessa educação de adultos que estou a trabalhar no Pinheiro da Cruz, que é a tal prisão.

Peço desculpas, mas ainda não sabem as disciplinas que eu leciono. Eu estou em três áreas distintas, distribuídas pela Sociologia do ensino regular, depois, a educação de adultos, que também faz parte da oferta formativa do agrupamento de escolas de Grândola. E nessa educação de adultos, nós temos 2 formas: o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), que é através da história de vida do adulto. Nós certificamos uma série de competências em três áreas distintas, de acordo com um referencial emanado do Ministério da Educação. Nessa modalidade sou formadora de Cidadania e Profissionalidade. A terceira parte onde eu estou dentro do agrupamento, também dentro da área de educação de adultos é no Núcleo Escolar do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz e sou formadora de Cidadania e Profissionalidade e Sociedade, Tecnologia e Ciência. E, então, estou dentro do nível secundário, sempre. Sou professora de Sociologia e sou formadora na

educação de adultos de Cidadania e Profissionalidade e Sociedade, Tecnologia e Ciência.

AMURABI OLIVEIRA: Você fez mestrado em Ensino?

MARIA ISABEL: Não, eu não fiz mestrado em Ensino. Nós chamamos aqui de Profissionalização em Serviço. São 2 anos, e é profissionalização em serviço, não tem nada a ver com os níveis de ensino. O mestrado fiz em Relações Interculturais, na Universidade Aberta de Portugal.

GUSTAVO CRAVO: E a profissionalização em serviço é em que área? Em Sociologia ou mais geral?

MARIA ISABEL: Não, é mais geral, refere-se ao grupo disciplinar, no caso Economia e Contabilidade, mas na altura estava na escola profissional. Portanto, foi com a Área de Integração, que obviamente é uma das disciplinas integradas no grupo disciplinar de Economia e Contabilidade.

AMURABI OLIVEIRA: Era essa nossa dúvida, porque funciona um pouquinho diferente do que é no Brasil. Ou mesmo na Espanha. Estivemos na Espanha há pouco tempo, voltamos no final de setembro para o Brasil, e lá você tem que fazer um mestrado em Ensino para poder ensinar na área de qualquer disciplina que seja.

MARIA ISABEL: Em Portugal, não tem uma correspondência com os níveis, com os diversos ciclos de ensino. É uma profissionalização em serviço, é em um grupo disciplinar. Eu depois fiz um mestrado na área científica, mas porque quis. Como disse, em Portugal não é necessário que os professores do ensino secundário tenham outro nível para além da licenciatura e a profissionalização. No meu caso,

em serviço, porque eu já estava a trabalhar. Por isso, se chama “profissionalização em serviço”. Há licenciaturas que são em ensino mesmo, por exemplo, Português ou Matemática. E tem estágios integrados. Portanto é a diferença entre uma coisa e outra. Somos ambos profissionalizados. Eles na licenciatura, fazem o estágio. Nossa licenciatura não é em educação, então temos que fazer a tal profissionalização em serviço. Não sei se me expliquei bem.

GUSTAVO CRAVO: Agora ficou um pouco mais claro. A licenciatura é geral e a profissionalização é mais específica.

MARIA ISABEL: Ela me torna professora.

AMURABI OLIVEIRA: É que no Brasil, licenciatura não equivale a isso. É um falso cognato. Porque licenciatura em Portugal equivale ao bacharelado para nós, na verdade. Licenciatura é especificamente os cursos superiores de formação de professores. Se você faz um curso superior de Sociologia, História, Direito etc., são bacharelados. A gente usa outra palavra.

MARIA ISABEL: Não conheço vosso sistema. Por exemplo, a minha licenciatura é de 5 anos. Mas há licenciaturas que são de 3 anos. Então, pensei que tivesse alguma coisa a ver com isso. Porque na minha altura, bacharelado em Portugal eram apenas pessoas que faziam 3 anos de curso. Posso só acrescentar uma coisa? Eu já dei 52 disciplinas de frente, ao longo destes 32 anos. Pronto. Esse é um vasto conhecimento, não é? (risos)

GUSTAVO CRAVO: A próxima pergunta é sobre o funcionamento do ensino secundário em Portugal. Acreditamos que Portugal é um pouco

similar à Espanha, tendo um ensino secundário obrigatório e pós-obrigatório, ou estamos equivocados?

MARIA ISABEL: No ensino secundário nós temos 2 modalidades. Temos uma que é o ensino regular, e depois temos também o ensino profissional. O ensino regular dá acesso, depois dos exames finais nacionais do ensino secundário, a diversas disciplinas, consoante ao curso de ensino superior que se pretende frequentar, à universidade. É universal, porque a escolaridade obrigatória em legislação em Portugal é até o 12º ano. Depois tinha a ver com a idade dos alunos e foi gradualmente sendo implementada. Portanto, essa escolaridade obrigatória, sendo até o 12º ano ou 18 anos de idade, vai levar a maior parte das pessoas a chegar nesse momento, ao final desta etapa. E muitos chegam à universidade, outros não. Mas quase todos tentam fazer o tal exame. Acho que esse exame do Brasil se chama vestibular, certo?

O exame aqui chama-se “prova específica”. E o que é prova específica? A prova que dá ingresso à universidade. Por exemplo, se alguém quiser ir para a Sociologia, tem que fazer obrigatoriamente o exame de Português. Se quiser ir para Biologia, tem que fazer Matemática e Biologia. Sua prova específica varia conforme o curso superior que a pessoa quer seguir. O ensino profissional também faz parte do ensino secundário e é mais voltado para a formação profissional, como diz o nome. No entanto, as pessoas também podem continuar seus estudos na universidade fazendo o tal exame, que se chama prova específica. Portanto, é mais ou menos isso. E essa prova específica é igual para todos. Portanto, se a pessoa vier do ensino profissional, se quiser ir para a Sociologia, por exemplo, tem que fazer um exame de Português, que é igual ao que os alunos do ensino regular também fazem. Portanto, na minha opinião, é desvantajoso, porque os programas lecionados nos cursos profissionais são diferentes. Então, o nível de exigência vai ser diferente no ensino regular e no ensino profissional. Mas é assim que funciona, pelo menos por enquanto. Nesse momento, ainda é assim.

O ensino secundário tem 3 anos. Tem o 10º, o 11º e o 12º. O ensino profissional também tem 3 anos, que é o 1º, o 2º e o 3º. Disciplinas obrigatórias são sempre o Português, a Filosofia, a Educação Física e uma língua estrangeira. Portanto, são estas disciplinas obrigatórias, quer se esteja em uma área de ciências, socioeconômicas ou de humanidades, ou outra. Depois tem o sistema de opções, que varia no 10º, 11º e 12º. A Sociologia é do 12º ano, do último ano. E só existe mesmo neste ano e não há nada para trás. A única disciplina que existe realmente é a Sociologia, e em vez de Sociologia, os alunos podem ter Antropologia, ou Direito, ou outra opção dentro das Ciências Sociais. Só existe mesmo no 12º ano.

AMURABI OLIVEIRA: Você poderia comentar, por gentileza, o espaço que a Sociologia possui na secundária?

MARIA ISABEL: É optativa, está no 12º ano e são 3 tempos semanais. Até mais ou menos 2008, a Sociologia tinha 6 tempos semanais, diminuiu depois. Mas o programa é o mesmo, portanto nós temos uma grande flexibilidade no programa, na gestão do programa.

GUSTAVO CRAVO: O currículo científico-humanístico é organizado por áreas, não é isso? Você pode ir para a área de Humanidades, de Artes, Ciências Socioeconômicas, ou a parte de Ciência e Tecnologia?

MARIA ISABEL: Sim, Ciências e Tecnologia nós vulgarmente chamamos de “Ciências”. Tem Biologia, Física, Química etc. Portanto, os alunos também têm Matemática, a Física e a Química como obrigatórias no 10º e 11º anos. Depois dentro do científico-humanístico, se for Ciências e Tecnologia, tem como obrigatórias Matemática, Biologia, Física e Química. Os de Humanidades humanidades têm a História e outra língua estrangeira. E tem ainda Literatura

Portuguesa ou Matemática para as Ciências Sociais. Portanto, uma coisa ou outra. Normalmente na escola onde eu estou tem a Literatura Portuguesa. Porque os alunos vão para Humanidades, não são os que têm grandes aptidões para as Humanidades, mas é para fugir da Matemática. Logo, não escolhem Matemática para as Ciências Sociais.

AMURABI OLIVEIRA: É um cenário parecido com outros países também. Na Argentina, acabava que os alunos escolhiam muito ir para o percurso de Humanidades para fugir das Exatas. No geral, pela sua percepção, há uma escolha mais recorrente para essas outras áreas, Humanidades, Socioeconômicos? E são nesses cenários, justamente, que existe a Sociologia como um conteúdo opcional?

MARIA ISABEL: É. Eu também queria dizer que neste momento acontece muito um fenômeno interessante, que é os alunos acabam no 9º ano e quando vão para o secundário, mesmo não gostando de Matemática, mesmo não gostando de Física ou Química, vão para Ciências e Tecnologia porque essa área em termos de senso comum, é dos alunos “inteligentes”. É a área que é bem-vista, que é do agrado da própria sociedade. O que acontece é que depois acabam por voltar atrás e fazem Humanidades. Em relação às Socioeconômicas, não se nota muito isso de escolherem por acharem que é uma área mais fácil, porque tem Matemática também, e tem Matemática A, que é igual à Matemática dos cursos de Ciências e Tecnologia. Não há fuga para essa área. Nas Humanidades é que há essa escapatória das pessoas escolherem a área porque não tem Matemática.

GUSTAVO CRAVO: Aqui no Brasil, o Ensino Médio secundário é obrigatório, mas não é universalizado. A gente tem dados do nosso Censo Escolar e estamos chegando a 80% no índice de matrícula, que

não é igual ao índice de conclusão. Você tem jovens que vão saindo durante o percurso. Em Portugal também é assim?

MARIA ISABEL: Foi o que eu já disse. Até 2009, a escolaridade obrigatória era até o 9º ano, o que equivale mais ou menos aos 16 anos. No entanto, a partir dessa data, tentou-se a universalização através da obrigação de estudar. As pessoas não podem abandonar por isso. As famílias são fiscalizadas. Há uma instituição em Portugal, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que intervém com a Guarda Nacional Republicana (GNR), força policial, no sentido de fazer as crianças irem para a escola, crianças e jovens até os 18 anos, por aí.

AMURABI OLIVEIRA: Como o Ensino Médio é muito estratificado em Portugal, em comparação com o nosso, porque você tem as opções por áreas, as disciplinas optativas (que no Brasil não tem)... você já indicou que muitos alunos vão para as Humanidades justamente pelas escolhas, e dentro dessas escolhas é recorrente os alunos escolherem Sociologia como disciplina a ser cursada? Ou eles preferem outras disciplinas quando se tem um rol de disciplinas optativas?

MARIA ISABEL: Da experiência que conheço aqui na escola, nesta escola de Grândola, a Sociologia é a disciplina que tem mais alunos. É assim: o inglês também pode ser uma opção do 12º, tem mais alunos. Mas também porque os de Ciências podem ter inglês. Por exemplo, eu tenho 17 alunos, mas os meus alunos vêm majoritariamente das Humanidades (14), depois tem 2 de Artes, que é outra opção do secundário, e tenho uma aluna de Economia. Por quê? Porque a turma de Economia tem também uma opção (todas as turmas têm), que é Economia C, então os alunos de Economia, muitos deles, continuam com essa opção. Porque é mais fácil para eles, na opinião deles. Já têm os conhecimentos todos, logo não têm que fazer um grande esforço para aprender algo novo.

Voltando à questão dos números, eu tenho 17 alunos, que na verdade correspondem a 3 cursos. Por exemplo, o inglês tem 26, mas também tem uma grande parte de alunos que vem das Ciências e Tecnologia. Digamos que dentro do limite que nós temos em Sociologia, isto é; das áreas que podem escolher esta disciplina, a Sociologia é na verdade a que tem mais alunos. Não sei se consegui explicar bem. Em proporção é isso. E é tradição, o número de alunos tem sido mais ou menos crescente. A Economia C, que também é do meu grupo disciplinar, vai diminuir o número de alunos em Sociologia. Porque aqueles que estão em Economia C estariam em Sociologia. Mas é uma das opções que tem continuidade (quase todos os cursos no ensino superior têm Sociologia ou Ciências Sociais) e também por fazermos um trabalho diferente, mas isso não tem a ver com organização do curso, tem a ver comigo, com a maneira que eu encaro a disciplina de Sociologia.

AMURABI OLIVEIRA: O que seriam Matemática A e Economia C?

MARIA ISABEL: As letras (A, B ou C) dizem respeito a programas com conteúdos diferentes e que se aplicam em cursos diferentes, ou, no caso da C, tem também um programa distinto e surge como disciplina optativa no 12º ano, como acontece com Geografia (C) e Economia (C).

No caso de Matemática só existe a A e a B, que são então programas diferentes, lecionados também como cursos diferentes, por exemplo, o Curso de Ciências e Tecnologias, ou o curso de Ciências Socioeconômicas tem a disciplina de Matemática A e o curso de Artes tem Matemática B, porque os conteúdos que fazem parte dos programas são diferentes e essa designação foi a forma encontrada pelo Ministério da Educação para diferenciar esses programas.

GUSTAVO CRAVO: No 11º Congresso Português de Sociologia, ocorrido em 2021, houve um debate sobre a Sociologia no ensino secundário. Os

comentários foram que tanto a Associação Portuguesa de Sociologia (APS) quanto a Associação Portuguesa de Antropologia tentaram maiores inserções das disciplinas no Ensino Médio, mas não tiveram êxito. Você pode nos contar um pouco dessa história?

MARIA ISABEL: Eu penso que é muito difícil fazer alguma alteração. Primeiro porque os grupos disciplinares do ensino secundário estão já predefinidos há muitos anos. Por exemplo, primeiro que é muito difícil uma pessoa licenciada em Sociologia chegar a ser professor efetivo de uma escola. É preciso ter uma resiliência muito grande. Neste momento, então, é completamente impossível. Na minha altura já foi difícil. É essa questão da resiliência: tem que insistir, insistir, insistir e não desistir. A Sociologia pode ser lecionada, como disse no início, pelos grupos da Filosofia e também pelo grupo de Economia e Contabilidade. O grupo de Economia e Contabilidade é o grupo no qual os licenciados em Sociologia se integram. Isso quer dizer que, por exemplo, uma escola mesmo não optando pelo grupo de Filosofia para lecionar a Sociologia pode colocar uma pessoa de Gestão de Empresas para lecionar Sociologia. Pode colocar uma pessoa de Economia para lecionar Sociologia. Como também já disse, não há muitas pessoas licenciadas em Sociologia no ensino de um modo geral, em Portugal. Deve ser muito difícil encontrar muitos professores. Acho que não há muitos. Certamente não sou caso único, mas devo ser caso raro em Portugal.

GUSTAVO CRAVO: Ficamos curiosos que você falou que ao longo de 30 anos de docência, lecionou mais de 50 disciplinas. Imaginamos que algumas muito próximas do campo da Sociologia e outras nem tanto, outras mais distantes. Você poderia dar exemplo de alguma disciplina, das disciplinas mais correlatas que você ensinou e também das que são mais distantes?

MARIA ISABEL: Tem a ver com a lecionação nos cursos profissionais. E nos cursos profissionais há muitas disciplinas. Por exemplo, eu falei da Área de Integração na primeira resposta, mas também Técnicas de Turismo, Técnicas de Animação e Acolhimento. Houve uma série de disciplinas. Por exemplo, Marketing e Direito. Há uma série de disciplinas que eu acabei por dar. São as tais 52 que eu não consigo numerar. Tem também a ver com a Sociologia de alguma forma. Também dei algumas que não tem nada a ver com a Sociologia, mas que tem a ver com meu grupo disciplinar. Foi a questão da Contabilidade, que já falei. Eu já estive em uma escola a lecionar Contabilidade e foi uma experiência muito má para mim, porque passava dias inteiros a estudar Contabilidade e não conseguia perceber nada daquilo, porque não é minha área de formação, não é aquilo que eu gosto, sequer. E minha sorte é que eram alunos da noite, portanto, adultos, e como estava em uma terra que chovia muito e que fazia muito frio, eles faltavam muito também. Portanto, consegui mudar de escola antes do final do ano, porque estava à espera de um destacamento. Foi a minha sorte, porque realmente foi uma experiência muito má. Isso pode acontecer, porque meu grupo disciplinar tem essa diversidade toda de disciplinas. Além disso, também a Contabilidade, não é? Eu que não percebo nada de empresas. Eu sabia a parte teórica, mas fazer a prática da contabilidade, nem pensar nisso, não era mesmo capaz. Foi uma experiência muito má, mas que felizmente consegui arranjar um caminho, que foi sem querer, não foi propositadamente, mas aconteceu e foi excelente ter saído dessa escola no meio do ano.

AMURABI OLIVEIRA: A maior parte dos docentes que lecionam Sociologia são formados na área ou vêm de outras formações?

MARIA ISABEL: A maior parte não é formada na área, eles vêm de outras formações.

GUSTAVO CRAVO: Como é o recrutamento dos professores de Sociologia para trabalharem em escolas públicas? Há um contrato temporário ou há estabilidade?

MARIA ISABEL: Eu penso que nesse momento as pessoas que estão a lecionar Sociologia já têm um contrato definitivo, portanto já fazem parte dos quadros das escolas, que é o meu caso. E como é que nós entramos no ensino? Através de concurso. Um concurso geral de professores. Geralmente acontece um grande concurso, mais ou menos de dois em dois anos. Chamo esse de “grande concurso” porque pode ser para as pessoas que estão descontentes com o local onde estão alocadas, pertencendo a um agrupamento de escolas, sendo efetivas em uma escola, e tentam ir para um outro local.

Anualmente também há concurso de professores para vagas temporárias, portanto é mais ou menos isso que se passa. Temos duas situações dentro da escola: tanto professores com estabilidade quanto professores com contrato temporário. Embora, dos contratos temporários seja em menor número neste momento. Não foi sempre assim. Nesse momento, o número de alunos decresceu muito em termos globais, porque a taxa de natalidade está a cair. Os professores também estão quase na idade da reforma, mas ainda não estão na reforma, então pertencemos quase todos aos quadros de escola. Porque o envelhecimento dos professores também é um problema português. Há pouca gente jovem nas escolas de um modo geral. Estamos quase todos na idade da reforma, ou perto⁹. Sinto que a reforma ainda nesse momento está em 66 anos. Daqui uns tempos é capaz de aumentar mais 1 ou 2 anos.

AMURABI OLIVEIRA: Quais são os requisitos para ser professor de Sociologia em Portugal?

⁹A idade da reforma em Portugal equivale a idade de se aposentar no Brasil.

MARIA ISABEL: Tem que ter uma licenciatura em Economia, Gestão de Empresas, Direito, pronto. Qualquer coisa assim, pelo menos essas 4 áreas, com certeza. Nesse momento, para ser temporário, já tem que ter feito a tal profissionalização. Não há formação de professores nos cursos de Direito, Economia, Gestão de Empresas, nessas licenciaturas. Então, já teriam que ter lecionado anteriormente e já teriam que ter feito a profissionalização em serviço. Pois já não é possível nesse momento, em Portugal, concorrer sem essa habilitação da profissionalização em serviço. Ou seja, já tem que ser professor mesmo.

GUSTAVO CRAVO: Como essa pessoa da empresa, da Economia, consegue entrar na escola?

MARIA ISABEL: Através da tal licenciatura e, depois, da profissionalização.

AMURABI OLIVEIRA: É comum os licenciados em Sociologia se tornarem professores de Sociologia? Ou é a minoria que termina a licenciatura, que vai seguir para a educação secundária?

MARIA ISABEL: É mesmo uma minoria, muito minoria. Acho que eu devo ser um caso raro. Eu entrei na educação por uma questão pessoal, foi na altura do casamento, quis ficar em Grândola e recorri a essa saída profissional. Mas nem a Sociologia tem essa saída profissional, portanto as pessoas fazem outras coisas, tentam fazer outras coisas. Em outras áreas diferentes da educação não conheço muita gente, nem da minha geração, nem de gerações anteriores na educação. Dentro da Sociologia, claro.

GUSTAVO CRAVO: Os professores que lecionam no ensino secundário em Portugal recebem remuneração compatível e comparável com outras formações de nível superior no país?

MARIA ISABEL: Eu não sei muito bem responder a essa pergunta, porque isso tem duas perspectivas. Há uma, que é aquela que é clara, pois tem a ver com pretensões salariais, e as nossas, por pertencemos ao Estado, são um bocadinho mais baixas. Mas não é uma diferença tão gritante, tão significativa. Portanto, eu acho que mais ou menos recebemos o mesmo. Só que lá está. Nós recebemos progressão da carreira, tivemos muitos cortes nessa progressão. Por exemplo, eu tenho 32 anos de serviço e já não consigo chegar ao final da carreira. Eu estou nesse momento no sétimo escalão. A carreira tem 10 escalões. Mas como tive cortes, não conseguirei chegar nunca ao décimo escalão.

AMURABI OLIVEIRA: Você pode explicar o que são esses cortes?

MARIA ISABEL: Os cortes são em termos económicos e tiveram a ver com a recessão económica. São cortes na carreira e também no salário, mas no salário tem a ver com o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e que tem escalões, tem níveis. Portanto, eles aumentaram o nível. Mas isso fica à parte. O que eu acho mais importante são os cortes que aconteceram na carreira. Por exemplo, isto em 2009, eu estava no sétimo escalão e houve uma reorganização da carreira e eu passei para o 4º escalão. Eu e todas as pessoas que estavam nesse escalão. Tivemos novenos completamente parados. E agora? Aí recomeçamos. Mas para mim já não dá tempo de chegar ao último escalão.

Antes de 2009, os professores do ensino secundário também tinham uma carga horária menor dentro das escolas. Por exemplo, o horário letivo é de 22 tempos, e nós do secundário tínhamos 20 tempos porque se considerava que 2 seriam importantes para inovarmos, nos prepararmos cientificamente para as

disciplinas que lecionávamos. Agora não. Aumentaram a carga horária. Ou seja, eu tenho que estar na escola obrigatoriamente 26 tempos letivos (26 tempos correspondem a 22 horas, porque as aulas têm uma duração de 50 minutos). Presencialmente. Muitas delas a fazer sei lá o quê, coisas para a escola. Trabalhos mesmo da escola, que não têm nada a ver com o que eu leciono. Penso que isso vai diminuir um “bocadinho” a qualidade do ensino. Mas tem a ver com questões econômicas, está tudo ligado.

GUSTAVO CRAVO: Neste momento de mudança de carga horária de 22 para 26 horas, os docentes foram consultados sobre eventual interesse em migrar de carga horária ou foi algo obrigatório? Houve aumento salarial para acompanhar o aumento de carga horária?

MARIA ISABEL: Não fomos consultados. Foi apenas um novo entendimento da carga horária dos professores, só é considerado o tempo que estamos dentro da sala de aula, como as aulas têm a duração de 50 minutos, logo fazendo a conversão em horas resulta nos 26 tempos semanais. Não houve aumento salarial, podemos até dizer que houve uma descida no salário real (diferente do salário nominativo, ou seja, o valor que auferimos antes dos descontos), porque simultaneamente houve um agravamento dos escalões do IRS (como já referi) e passaram a descontar muito mais. Claro que isto aconteceu com toda a sociedade e não só com os professores.

O horário do professor em Portugal é de 35 horas, distribuídas por 22 tempos letivos, mais 4 tempos para outras atividades, por exemplo, coordenações, apoios em determinadas disciplinas fora da sala de aula ou em conjunto dentro da sala de aula, parte do trabalho de diretor de turma, ou até mesmo, as deslocações entre escolas (os agrupamentos de escolas quando situados em áreas geográficas muito grandes - o caso de Grândola - por vezes leva a que o professor se desloque e, às vezes, por vários quilômetros) e, por fim, o trabalho autónomo não

presencial (aquele que é dedicado à preparação das aulas, à construção de recursos didáticos, à construção de instrumentos de avaliação e à correção das atividades de avaliação).

AMURABI OLIVEIRA: Você usa livro didático de sala de aula? Se sim, qual livro? Há uma diversidade de livros para que o docente possa ter acesso?

MARIA ISABEL: Sim. As editoras criam muitos livros, há muitas editoras, portanto nós temos talvez seis livros para podermos escolher. Como todos nós sabemos, há uma mudança da sociedade muito rápida e do conhecimento, e nós só escolhemos livros de seis em seis anos também. Por exemplo, este livro que estou a usar tem seis anos. Para mim está desatualizado já. Eu não usaria livro. Por que eu uso livro? Porque sou obrigada a adotar um manual. Os alunos são obrigados a comprar esse manual (agora podem requisitá-los na biblioteca, porque os manuais escolares são gratuitos para os alunos até ao 12º ano) e por respeito aos alunos e aos pais dos alunos, eu mais ou menos sigo o manual, mas a maior parte das minhas aulas tem outra base, outras pesquisas, outros documentos que eu construo para além do manual. O meu é o da Texto Editora, é o único que existe dessa editora, dos autores Belmiro Gil Cabrito e Maria Luiza.

GUSTAVO CRAVO: Quais outros recursos didáticos você utiliza nas aulas de Sociologia?

MARIA ISABEL: Recursos audiovisuais, tais como filmes, documentários, jornais, programas televisivos, entrevistas etc. Também textos, produzidos por mim com base em pesquisas, ou excertos de obras/estudos científicos sobre as temáticas/conceitos abordados nas aulas. É também comum convidar pessoas

para conversarem conosco sobre determinados assuntos em que são especialistas (conversas temáticas). Saídas de campo, visitas de estudo...

GUSTAVO CRAVO: Em Portugal, no caso das escolas públicas, são as famílias que compram os livros didáticos a serem utilizados? Poderia por favor comentar também por gentileza como funciona a alimentação escolar. As famílias também são convocadas a colaborar financeiramente neste caso?

MARIA ISABEL: Desde o ano letivo de 2019-2020, todos os alunos do ensino obrigatório (do 1º ano ao 12º ano) de escolas públicas e privadas com contratos de associação (quando em uma determinada área geográfica o Estado não consegue ter uma oferta pública para a população dessa área) vão voltar a receber manuais escolares gratuitos. De fora do programa de gratuidade e reutilização de manuais escolares continuam os alunos de escolas privadas, sem contrato de associação.

A atribuição gratuita de manuais escolares é efetuada pela plataforma MEGA, através de um sistema de *vouchers* (vales). Cada *voucher* inclui um código único e tem indicado o manual correspondente. Após o registro na plataforma MEGA, são emitidos *vouchers* associados ao Número de Identificação Fiscal (NIF) do encarregado de educação do aluno. Se forem atribuídos *vouchers* para levantamento de manuais escolares gratuitos novos, devem ser apresentados em uma das livrarias participantes. Se forem atribuídos *vouchers* para levantamento de manuais escolares gratuitos usados, têm que ser entregues na escola.

Os manuais escolares distribuídos gratuitamente devem ser devolvidos à escola pelo encarregado de educação, em bom estado, para voltarem a ser reutilizados no ano letivo seguinte.

Se o encarregado de educação devolver os manuais escolares em mau estado, que não seja decorrente da utilização normal, fica obrigado a pagá-los ou, se não o fizer, perde o direito a eles no ano letivo seguinte. Note-se que cada manual é considerado individualmente, ou seja, se não for entregue em bom estado o

manual de apenas uma disciplina, só se perde o direito a receber o manual dessa disciplina no ano letivo seguinte. Em caso de retenção (reprovação), o aluno pode conservar na sua posse os manuais relativos ao ciclo ou às disciplinas em causa até a sua conclusão.

Os alunos do 1º ciclo do ensino básico não têm que devolver os manuais escolares gratuitos. Neste nível de ensino são distribuídos manuais escolares gratuitos novos.

Apenas são emitidos *vouchers* para os manuais escolares. Os cadernos de atividades e de fichas, bem como os restantes componentes dos chamados *packs* pedagógicos, têm que ser adquiridos pelas famílias.

AMURABI OLIVEIRA: Isso que você falou sobre mais ou menos seguir livro etc., isso acontece só na disciplina de Sociologia ou nas outras disciplinas que você leciona também?

MARIA ISABEL: Nas outras não têm manual, educação de adultos não tem manual. Na educação de adultos somos nós que construímos nossos materiais, a partir do referencial. Há um referencial que nos indica mais ou menos os caminhos que devemos seguir, que devemos dar importância, e a partir daí nós construímos os materiais. No ensino profissional já não havia manuais, então há muito tempo estou habituada a construir materiais, e mesmo na Sociologia faço com minha boa vontade e gosto de fazer.

GUSTAVO CRAVO: Há algum currículo que deve ser seguido ou geralmente professores seguem o livro? É uma determinação nacional, das províncias, sobre quais conteúdos são lecionados na Sociologia?

MARIA ISABEL: Sim, há um programa e esse programa hoje em dia tem dentro dele uma coisa que são as aprendizagens essenciais. Portanto, essas

aprendizagens essenciais são obrigatórias para todos os alunos do ensino secundário. Portanto, há aprendizagens essenciais para todas as disciplinas do ensino secundário e isso vem do Ministério. São obrigações, digamos assim, que vêm do próprio Ministério da Educação. Vem de cima. Que é outro problema que existe. Toda organização do ensino conta muito pouco com a colaboração de quem está no terreno. São as pessoas do Ministério que decidem o que nós fazemos.

As Aprendizagens Essenciais (AE) identificam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que se pretendem que os alunos atinjam com a aprendizagem da Sociologia no ensino secundário, e tendo em atenção os seguintes objetivos: identificar as aprendizagens essenciais no domínio da Sociologia face às áreas de competência previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA); proporcionar aos alunos instrumentos que lhes permitam compreender e refletir sobre a complexidade das sociedades contemporâneas, em especial, da sociedade portuguesa.

AMURABI OLIVEIRA: No Brasil, nós temos o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Em resumo, há uma parceria entre a universidade e a escola, com o objetivo de que a etapa universitária de formação de professores em nível de graduação conte com a experiência dos discentes, universitários dentro da escola. Então, a pergunta é se há algo nesse sentido em Portugal.

MARIA ISABEL: Eu percebi, eu percebi. Em Portugal, só a nível da tal profissionalização em serviço, sim, havia. Quando eu fiz a minha profissionalização em serviço, tinha aulas no Instituto Politécnico de Setúbal, na Escola Superior de Educação. E sim, havia essa. Mas mais do que isso não há. Só mesmo para a profissionalização, para sermos professores.

GUSTAVO CRAVO: Nós estamos bastante satisfeitos, porque nos dá um panorama bem interessante, porque realmente são realidades muito distintas no Brasil e em Portugal, desde como se organiza a escola, como se forma e se recruta professores. Eu acho que é um cenário bem interessante de se explorar e de se conhecer mais, porque conhecemos muito pouco ainda.

MARIA ISABEL: Agora em um nível mais geral, nós não temos incentivo nenhum, mesmo que particularmente (individualmente) para conseguirmos a nossa formação e a nossa qualificação. Por exemplo, não temos licenças sabáticas. Eu estou a fazer o doutoramento. Eu não tenho nada, não tenho uma redução do horário, não tenho nada de diferente em relação aos meus colegas que não estão a fazer nada, que só dão aulas. Não há incentivo. Nós fazemos o mestrado, o doutoramento, por gosto. Porque não vamos ter nenhuma ajuda do próprio Estado para melhorarmos as nossas capacitações, as nossas competências. Acho que isso é importante referir, e que se há professores que o fazem, é de fato porque querem melhorar.

AMURABI OLIVEIRA: Queremos te agradecer, Maria, porque a gente aprendeu muito aqui. Agradecemos sua disponibilidade e achamos que a entrevista vai trazer uma boa discussão pública aqui no Brasil. Quem sabe no próximo Congresso Português de Sociologia, da APS, a gente vá presencialmente e proponha alguma coisa.

MARIA ISABEL: Também quero agradecer e dizer que se houver alguma dúvida, alguma questão que queira colocar, vocês têm o meu *e-mail*, e que estão completamente à vontade para me contatar que estarei ao vosso dispor. Obrigada, também!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

MARTINS, Rogéria da S., & FRAGA, Paulo C. P. Ensino de Sociologia na França, Portugal e Brasil – uma perspectiva comparada diante das idiossincrasias da reforma do Ensino Médio brasileiro. *Latitude*, 14 (Esp.), 161–188, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11387>. Acesso em: 18 out. 2021.

MMENDE, Celeste Silva V. & RÖWER, Joana. Ensino de Sociologia nos países da CPLP. *Revista Café com Sociologia*, v. 8, n. 1, p. 48-65, 2019. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1126/pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

NEUHOLD, Roberta R. Notas sobre a história da sociologia no ensino secundário de Portugal. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, p. 131-145, 2013. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/rbs/article/view/58/24>. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Ensino de Sociologia: novas temáticas e experiências internacionais. *Rev. Educação & Realidade*, v. 39, n. 1, p. 11-16, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/z8YYFRrwbjgK3cfFMrTbhHf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de sociologia em outros países. *In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. (Org.). Dicionário do ensino de sociologia*. Maceió: Café com Sociologia, 2020, p. 268-271.

Entrevista realizada em: 06 de maio de 2021 pela Plataforma Zoom

Recebido em: 18 de out. 2021

Aceito em: 29 de dez. 2021

COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO:

AZEVEDO, Gustavo Cravo; OLIVEIRA, Amurabi. A Sociologia na educação secundária em Portugal: uma entrevista com Maria Isabel Gomes. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v. x, n. x, p. 190-213, jul./dez., 2021.